



**Educação financeira,
conjuntura econômica
e políticas públicas**

Construindo jovens cidadãos

**Universidade Federal de Juiz de Fora – Campus de
Governador Valadares**

Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Departamento de Economia

Projeto de extensão:

*Educação Financeira, Conjuntura Econômica e Políticas
Públicas: Construindo Jovens Cidadãos*

Caderno de Educação Financeira:

Governador Valadares – 2016

Equipe Técnica:

Coordenador do projeto: John Leno Castro dos Santos

Vice Coordenador: Amanda Ferrari Uceli

Colaboradores docentes:

Leandro Roberto de Macedo

Marinette Santana Fraga

Bolsistas:

Andrezza Luiza Batista

Marlon Vinícius Almeida de Souza

Miriã Lima Paiva

Sabrina Hellen Castro Costa

Vanessa Ferreira Teixeira

Vinícius Pereira Lopes

Ficha Catalográfica:

Santos, John Leno Castro dos; Uceli, Amanda Ferrari (Org.)

Caderno de Educação Financeira / editores: John Leno Castro dos Santos, Amanda Ferrari Uceli. Governador Valadares, MG UFJF-GV, 2016.

20 p.

1. Finanças pessoais. 2. Educação financeira. 3. Economia doméstica

O presente material foi compilado com o intuito de auxiliar o projeto “Educação Financeira, Conjuntura Econômica e Políticas Públicas” da Universidade Federal de Juiz de Fora, Campus de Governador Valadares. Sua distribuição deve ser feita de forma gratuita, podendo ser reproduzido integral ou parcialmente, desde que autorizado previamente por seus organizadores. É expressamente proibida a comercialização deste material.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. ORÇAMENTO	2
2.1. O que é orçamento?.....	2
2.2. Conceitos de categorias:.....	2
2.3. Como elaborar um orçamento:.....	3
3. PRECAUÇÕES	6
3.1. Fundos de emergência.....	6
3.2. Planejar despesas ocasionais	6
3.3. Manutenção de suficiente liquidez.....	6
3.4. Uso eficiente de serviços financeiros.....	6
3.5. Controle dos financiamentos e despesas parceladas	7
4. CRÉDITO E CONSUMO:	8
4.1. Juros e custo do dinheiro:.....	8
4.2. Custo Efetivo Total (CET):	8
4.3. Uso do crédito:.....	9
4.3.1. Desvantagens:	9
5. DÍVIDAS:.....	10
5.1. Razões para o endividamento:	10
5.2. Soluções para o endividamento:.....	10
6. CONSUMO E PLANEJAMENTO.....	12
6.1. Vantagens:	12
6.2. Desafios.....	12
6.3. Cuidados em relação às estratégias de vendas:	12
6.4. Estratégias de consumo:	13
6.5. Consumo consciente	13
7. POUPANÇA X INVESTIMENTO, QUAL A DIFERENÇA?	14
7.1. Componentes do investimento:	14
7.2. Perfis de investidores:	14
7.3. Modalidades de investimento:.....	14
7.4. Prazos e objetivos do investimento	14
7.5. Aplicações mais comuns:	15
8. PREVIDÊNCIA E PROTEÇÃO:.....	18
8.1. Seguros	18

8.2. Poupança	18
8.3. Aposentadoria:	19
8.4. Porque planejar a aposentadoria?	19
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:	20

EDUCAÇÃO FINANCEIRA UFJF-GV



1. INTRODUÇÃO

A educação financeira pode ser considerada como uma aplicação de conhecimentos básicos e práticos sobre o controle financeiro pessoal dos indivíduos. Assim, a educação financeira é um instrumento importante para que as pessoas, em especial os jovens, saibam gerir sua renda, além de permitir poupar e investir de forma adequada.

O estabelecimento da educação financeira proporciona alguns benefícios ao indivíduo, tais como: a diminuição do desperdício, consumo consciente e o melhor aproveitamento do dinheiro. A outra vantagem consiste na capacidade de se preparar para imprevistos futuros. Além disso, a educação financeira ajuda a realizar seus sonhos e metas, gerando, portando, satisfação pessoal.

Para atingir tais benefícios, no entanto, é preciso colocar em prática a metodologia da educação financeira. Ou seja, é necessário fazer o registro de receita e despesas, e fazer um planejamento realista com metas possíveis de se alcançar.

Nesse planejamento, deve-se estar atento a maneira como a sua renda está sendo gasta. Isto é, você consome o que deseja ou o que necessita? Saber a diferenciar desejo de necessidade é primordial para uma boa gestão de finanças pessoais. O desejo é a vontade impulsiva de possuir algo, já a necessidade é tudo aquilo que é inevitável para manter um nível mínimo de satisfação. Nesta apostila, são listadas uma série de estratégias que te guiará na conquista das vantagens aqui expostas.



2. ORÇAMENTO

2.1. O que é orçamento:

Orçamento é o registro de receitas e despesas durante um determinado intervalo de tempo. Considere como exemplo uma família que possui uma renda disponível de R\$3000,00 mensais, os gastos dessa família devem respeitar o limite desse valor. Caso exceda, a família precisará custear essa diferença com algum recurso, seja próprio ou de empréstimos, ou ainda, adiar o pagamento de contas e obrigações, correndo o risco de pagar multas e juros devido ao atraso. Assim, para evitar problemas relacionados ao não pagamento ou endividamento, é importante que as famílias tenham uma estimativa de quanto se pode gastar sem estourar esse orçamento.

O orçamento é um instrumento importante que permite que você conheça e controle melhor suas receitas e despesas. Por meio do orçamento, é possível alcançar alguns benefícios:

- Ter conhecimento da real situação financeira - evitar o endividamento;
- Evitar o consumo de bens/serviços desnecessários, ou seja, definir prioridades;
- Identificar o modo como você gasta seu dinheiro;
- Aprender a lidar com imprevistos.

2.2. Conceitos de categorias:

Receita: Corresponde a todos os recursos, em termos de dinheiro, obtido ao longo de determinado período, podendo ser resultante da prestação de serviço, como é o caso dos salários, ou transferências, como as mesadas, bolsas e pensões.

Receitas Fixas: Corresponde à parcela da receita que não varia de um período para outro, como, por exemplo, os salários.

Receitas Variáveis: Corresponde à parcela da receita que varia de um período para outro, como, por exemplo, quando se trabalha de garçom em festas de casamento e formaturas, as receitas podem variar dependendo da época do ano.



Gastos Fixos: São os gastos que ocorrem todos os períodos e cujo valor já se sabe com certa antecedência, como aluguéis, financiamentos, internet, etc.

Gastos Variáveis: São gastos cujo valor oscila de um período para outro, como gastos com energia, telefone, cartão de crédito, etc.

Gastos Sazonais: Se referem aos gastos que ocorrem regularmente em certos períodos do ano, tipicamente em datas comemorativas ou em períodos de execução de pagamentos anuais, como matrícula, materiais escolares e tributos (ITPU, IPVA), entre outros.

Gastos Arbitrários: Corresponde ao montante gasto de acordo com a vontade ou desejo, contemplando despesas com lazer, presentes, vestuário, beleza, entre outros.

Saldo Corrente (Superavitário ou Deficitário): definimos saldo corrente como a diferença entre suas receitas e seus gastos no período recente. Quando sua receita é maior que seus gastos, o saldo corrente será superavitário, caso contrário, o saldo corrente será deficitário.

2.3. Como elaborar um orçamento:

Considerando-se um mês como exemplo, o orçamento pessoal deve ser iniciado com o registro de todas receitas mensais. Logo em seguida, deve-se fazer o registro das despesas mensais. A elaboração de orçamento é feita de quatro etapas: planejamento, registro diário, agrupamento e avaliação.

Para ter uma vida financeira saudável é necessário ter um orçamento com as receitas superiores às despesas, evidenciando um orçamento superavitário. Quando se estabelece essa relação prova-se que foi alcançado o objetivo do respectivo orçamento, havendo uma sobra de dinheiro. Em contrapartida, ao se estabelecer despesas muito além das receitas obtidas, o orçamento estará em nível deficitário, não sendo capaz de arcar com as despesas no determinado período. Existe também a neutralidade orçamentária em que se iguala o fluxo final do orçamento entre receitas e despesas. Quando não for possível manter o orçamento superavitário, deve-se ao menos mantê-lo neutro.



Planejamento: é o processo pelo qual são estimadas as receitas e despesas do mês seguinte, diferenciando receitas e despesas entre fixas e variáveis. Nesta etapa é importante fazer uma análise de despesas em meses anteriores, como, por exemplo, o gasto com passagem de ônibus, que é uma despesa variável. Assim, tendo em vista que já se sabe o valor médio dessas despesas, é possível projetar seu custo para o próximo mês. Deve-se lembrar também de gastos sazonais, aqueles que ocorrem somente em determinado período todos os anos, como, por exemplo, comprar um presente de natal ou um ovo da páscoa, e de compromissos assumidos anteriormente.

Registro diário: Você deve anotar em um caderno, ou até mesmo no celular, todas as receitas e despesas diárias, para que haja um controle orçamentário maior. É importante guardar todas as notas fiscais, extratos bancários, recibos de pagamentos, comprovantes de cartões de crédito e débito, entre outros.

Agrupamento: para melhor entendimento das anotações feitas na etapa anterior, deve-se separar as receitas e despesas em grupos conforme suas características. Por exemplo, o grupo das despesas com alimentos, com roupas, lazer e etc. Veja a seguir uma lista de categorias sugeridas:

Tabela 1 - Categorias de despesas

Categoria
Alimentação
Moradia
Transporte
Vestuário
Medicamentos
Seguros/ planos
Educação
Recreação
Presentes/contribuições

Avaliação do orçamento: nessa etapa deverá ser feita uma reflexão acerca daquele mês: será que minhas receitas cobriram minhas despesas? O que deve ser feito para



melhorar meus gastos mensais? Posso reduzir minhas despesas para poupar? Como faço para realizar aquele sonho que parece impossível?

EDUCAÇÃO FINANCEIRA UFJF-GV



3. PRECAUÇÕES

3.1. Fundos de emergência

É preciso estar preparado para reagir de forma positiva a qualquer que seja a situação: desemprego, despesas médicas, morte, conserto da casa, do carro ou de equipamentos eletrônicos, etc. Para isto, é importante que se construa uma reserva de dinheiro. Esta reserva, deve ser capaz de cobrir de três a seis meses de suas despesas.

3.2. Planejar despesas ocasionais

Despesas ocasionais são aquelas que ocorrem eventualmente, como viagens de férias, compra de material escolar, presente de aniversário, etc. Planejar essas despesas é essencial para sua saúde financeira, pois um bom planejamento será capaz de dizer se essas despesas estão dentro do limite orçamentário ou não.

3.3. Manutenção de suficiente liquidez

Liquidez é capacidade de vender um patrimônio de forma rápida e por um preço justo, isto é, indica o quão rápido eu consigo transformar um bem em dinheiro sem perda de valor. A manutenção de liquidez, portanto, indica o quanto de recursos que preciso ter em dinheiro para honrar meus compromissos costumeiros, isto é, o quanto que preciso carregar na carteira para pagar as compras e contas do mês.

3.4. Uso eficiente de serviços financeiros

Antes de contratar qualquer serviço financeiro, é preciso estar atendo às condições impostas no contrato, se elas são adequadas às suas necessidades. Além disso, é interessante fazer uma constante revisão dos serviços contratados, a fim de não pagar a mais por algo que não se está utilizando. Por exemplo, determinados contratos de serviços financeiros estipulam um volume mensal de emissão de cheques e transferências interbancárias, e cobram um valor referente ao serviço independente de sua utilização. Caso você não necessite desses serviços, é preferível que faça opção por um pacote de serviços mais barato e que não inclua esses pontos. Com respeito o cartão



de crédito, também é possível optar por cartões que não cobram anuidade, reduzindo, assim, o gasto desnecessário.

3.5. Controle dos financiamentos e despesas parceladas

É preciso ter um controle de todas as despesas para que se possa ter uma melhor percepção do nível de endividamento em que se encontra. O ideal é que suas despesas com pagamentos de financiamentos e prestações não ultrapassem 30% de seu orçamento, para não levar ao descontrole financeiro.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA UFJF-GV



4. CRÉDITO E CONSUMO:

Todos somos tomados com a sensação de que as necessidades de consumo são ilimitadas e que sempre precisamos trabalhar para adquirir mais e mais coisas. Embora essa visão seja passível de críticas, também possui certa dose de verdade. Afinal, nós buscamos obter o máximo de satisfação e conforto que o consumo pode nos dá. O problema muitas vezes é que não dispomos do dinheiro necessário para sustentar o consumo desejado. O que fazer nessas situações? É neste momento que a disponibilidade de crédito é tão útil.

Quando dizemos que alguém tem “crédito na praça” significa que a pessoa é confiável em seu bairro, na empresa onde trabalha, na escola, etc. Se você tem crédito com alguém significa que você dispõe de credibilidade suficiente para receber algum ajuda, em caso de necessidade. O crédito no sentido financeiro, por sua vez, representa a condição em que as pessoas que necessitam de algum dinheiro podem recorrer a empréstimos em instituições financeiras. Com isso, é possível financiar o consumo de bens duráveis, como casas, automóveis, geladeira, etc.

A disponibilidade de crédito, portanto, pode ser muito útil, à medida que nos permite ter acesso a um consumo necessário, antes mesmos que tenhamos dinheiro para adquiri-lo. Entretanto, é preciso estar atento a alguns pontos antes contrair um empréstimo. Senão o sonho pode se tornar em pesadelo. São esses pontos que vamos explorar mais adiante.

4.1. Juros e custo do dinheiro:

Na visão do prestador, os juros correspondem ao pagamento por ter deixado de gastar o dinheiro, enquanto do ponto de vista do tomador do empréstimo, os juros correspondem ao custo do dinheiro, sendo o preço que se paga pela “pressa” em consumir. É preciso estar atento aos juros cobrados em transações econômicas. Sempre se deve avaliar se a satisfação do consumo imediato compensa comprometer uma despesa adicional com pagamento de juros.

4.2. Custo Efetivo Total (CET):



Custo Efetivo Total - CET - é o quanto as pessoas pagam de juros, impostos, tarifas, seguros e outras despesas sobre as operações de crédito. Conhecer o CET permite a você comparar os custos de pegar um empréstimo na Caixa Econômica ou no Banco do Brasil, por exemplo.

4.3. Uso do crédito:

Possuir crédito no mercado pode ser de grande ajuda, mas é preciso saber usá-lo adequadamente, pois este apresenta lados positivos e negativos.

4.3.1. Vantagens:

Uma das vantagens do empréstimo é ter acesso imediato ao dinheiro e, com isso, consumir os bens desejados, pagar as contas pendentes ou até mesmo atender a emergências. No caso da aquisição de imóveis, por exemplo, seria preciso poupar dinheiro durante anos até ter o valor integral do imóvel. Por meio de um financiamento, entretanto, o consumidor pode usufruir do conforto do imóvel enquanto paga as prestações referentes ao financiamento.

4.3.2. Desvantagens:

Uma das desvantagens do empréstimo é o uso descontrolado de crédito, que faz com que você não tenha receita suficiente para arcar com os compromissos assumidos e venha a se tornar inadimplente. Por exemplo, se você deseja comprar um Iphone novo que custa R\$1.999,00, você tem três opções disponíveis:

- I. Se tiver o dinheiro em mãos pode comprar o celular à vista, ganha um desconto de 10%, pagando então R\$1.979,10;
- II. Você pode optar por comprar parcelado pagando em 12 vezes, mas acrescido de uma taxa de juros de 2,29% ao mês, um total de R\$2.308,89 (R\$192,41 mensais);
- III. Se você não tem pressa em obter o celular, pode juntar o dinheiro para comprá-lo à vista futuramente. Economizando mensalmente R\$192,41, em 10 meses você poderia adquirir o Iphone pelo seu preço à vista, economizando R\$384,82.



5. DÍVIDAS:

Dívida é a quantia que se deve pagar a alguém. O endividamento pode ser de três formas:

- **Ativo:** quando você contrai dívidas frequentemente, justificando haver imprevistos, mesmo que nem sempre seja verdade.
- **Sobreendividamento:** quando você gasta descontroladamente e não paga as dívidas já contraídas, efeito bola de neve.
- **Passivo:** quando os imprevistos são verdadeiros, como por exemplo, doenças e desemprego.

5.1. Razões para o endividamento:

Consumo compulsivo: Quando você consome bens que não precisa, ou nem mesmo gosta, somente pelo prazer de comprar.

Orçamento deficitário: Quando você não planeja seus gastos de forma correta ou se gasta além do que recebe, imaginando que será capaz de honrar a dívida feita.

Despesas não previstas: São despesas que não fazem parte do seu planejamento prévio, como, por exemplo, despesas médicas.

Perda de patrimônio: Um acidente de carro sem seguro, rachaduras ou infiltrações na casa, são situações que resultam em perda de patrimônio. Quando ocorre essa perda, é bem provável que você não esteja esperando e assim, aparecem despesas de recuperação desses bens fora do planejamento, o que pode levar ao endividamento.

Falta de educação financeira: Você é considerada uma pessoa com má educação financeira se não calcula os juros sobre suas compras e, principalmente, se não consegue separar o desejo da necessidade, não se limitando diante do crédito disponível e consumindo além do essencial.

5.2. Soluções para o endividamento:

A falta de organização financeira pode levar a perda do controle de seus gastos e das dívidas. Para sair do endividamento, podemos seguir os procedimentos abaixo:



Identificação do problema: Identificar as origens do problema é um passo importante para sair da dívida. Isto é, você deve analisar se foram as despesas do dia-a-dia ou se foi a diminuição do orçamento familiar que causou o endividamento.

Mapeamento da dívida: Dimensionar o tamanho da dívida também é um passo necessário para superar o problema. Você precisa coletar e registrar as informações do quanto de fato está devendo e para quem. Através desse procedimento é possível elencar por ordem de prioridade as dívidas que apresentam maior custo de rolagem, isto é, dívidas cujo não pagamento podem gerar maiores penalidades, tais como ordens de despejo, corte do serviço de luz e água, etc. Além disso, deve-se estar atento ao custo incorrido no atraso de pagamentos, como os juros e multas incidentes.

Reorientação financeira: Você vai precisar, então, rever como o dinheiro está sendo gasto. Desta forma, será possível ampliar/criar uma reserva que será destinada ao pagamento da dívida.

Contenção de novos empréstimos: É preciso fazer uma avaliação racional, considerando a taxa de juros, os prazos estabelecidos e valor das prestações, para, assim, realizar uma boa escolha e não criar novas dívidas.

Redução de gastos: Muitas pessoas acabam se endividando por conta de gastos descontrolados. Gastar de forma planejada é uma boa opção, ou seja, consumir o que realmente é importante para sua família.

Renegociação de dívidas: Depois de ter em mãos os dados da dívida, é necessário analisar os juros e verificar as possibilidades de renegociá-lo com o credor (aquele a quem o indivíduo deve).

Incremento de renda: Você deve avaliar se há possibilidade de aumento da receita. Pode procurar oportunidades de emprego que ofereçam uma renda extra nos fins de semana, em horários que não haja outros compromissos (trabalhos noturnos para aqueles que estudam durante o dia) e trabalho de férias.



6. CONSUMO E PLANEJAMENTO

Todos os dias devemos fazer escolhas entre o que queremos comprar e o quanto de dinheiro temos. Tal conflito exige um planejamento do consumo. Os desejos são infinitos, enquanto o dinheiro é escasso. O consumo possibilita realizar sonhos, como por exemplo, para uma família comprar a tão sonhada casa própria. Para não ficar endividados, é necessário que planejem o consumo.

Consumir de forma planejada não é deixar de consumir, pelo contrário, é consumir aquilo que realmente é necessário. O planejamento financeiro possibilita consumir mais e melhor. Consumir “mais” valorizando o dinheiro, e “melhor” eliminando desperdícios.

6.1. Vantagens:

Planejar o consumo permite que você aproveite melhor o dinheiro, gastando o correspondente à sua renda, ou menos, evitando situações que possam te colocar diante de um aperto financeiro. Considere, por exemplo, uma dona de casa, que sabe quando seus mantimentos estão no fim. Ela poderá realizar uma pesquisa de preços e assim descobrir qual o melhor lugar para realizar sua compra.

6.2. Desafios

A constante atualização no mercado, principalmente no mercado que envolve tecnologia, faz com que as pessoas acabem adquirindo produtos, sem antes analisar como anda sua vida financeira.

Imagine que o Iphone 6 acaba de ser lançado e você recebe uma mesada com um valor bem inferior ao valor do produto. Você quer muito e sem pensar nas consequências, compra o celular, dividindo em várias prestações.

Isto faz de você uma pessoa satisfeita com a nova aquisição, mas com a saúde financeira comprometida, já que não se planejou antes de adquirir o produto.

6.3. Cuidados em relação às estratégias de vendas:

Muitas vezes, ao anunciar promoções, liquidações ou descontos, a empresa coloca a margem de lucro do produto em destaque a quase zero e aumenta o preço de outros



produtos, por ter em mente que quando o consumidor busca o produto em promoção ele, acaba comprando outros produtos. Além disso, costumam colocar os preços em diferentes tamanhos, evitam números inteiros, colocam o valor das parcelas ao invés do valor integral, etc. Fique atento!

A seguir, temos os principais truques:

- Palavras mágicas: promoção, liquidação, desconto, etc.
- Preço fracionado em vez de preço inteiro (R\$ 3,99 em vez de R\$4,00)
- Preço por gramas e não por quilo (R\$6,94 – 100gr em vez de R\$69,40 – 1Kg)

6.4. Estratégias de consumo:

- Fazer pesquisa de preço;
- Pechinchar;
- Fazer lista de gastos;
- Saber exatamente o que se deseja antes de ir às compras;
- Evitar fazer compras com pressa ou com fome;
- Não transparecer interesse excessivo no produto, etc.

6.5. Consumo consciente

- Reduzir o consumo desnecessário;
- Preocupar-se com qualidade de vida e bem-estar pessoal e social;
- Seguir a lista de compras à risca, no supermercado;
- Não comprar produtos movido por empolgação;
- Verificar a validade dos produtos;
- Eliminar desperdícios;
- Utilizar sacolas ecológicas;



7. POUPANÇA X INVESTIMENTO, QUAL A DIFERENÇA?

Poupar é acumular valores no presente para desfrutá-los em um período futuro. Enquanto investir é empregar o dinheiro poupado em aplicações, que, sob a forma de juros, oferecem retornos.

7.1. Componentes do investimento:

- **Liquidez:** É a facilidade com que um ativo é convertido em dinheiro.
- **Risco:** É a chance de perda do valor de um investimento ou de não pagamento de sua remuneração.
- **Rentabilidade:** É o valor final que se espera receber após o investimento.

7.2. Perfis de investidores:

- **Conservador:** São aqueles que não gostam de correr riscos;
- **Moderado:** Esse tipo de investidor está disposto a aplicar uma parcela limitada de seus recursos em investimento de risco mediante a perspectiva de maiores ganhos.
- **Arrojado:** Está disposto a assumir altos riscos a fim de receber maiores retornos, ou seja, ele abre mão de retornos seguros para receber maiores retornos de investimentos mais arriscados.

7.3. Modalidades de investimento:

- **Renda fixa:** O investidor sabe exatamente o quanto receberá de retorno;
- **Renda variável:** O investidor não consegue saber o quanto exatamente sua aplicação irá render.

7.4. Prazos e objetivos do investimento

Sonhar e planejar faz parte da vida das pessoas. Comprar um carro, viajar, garantir o futuro dos filhos, são exemplos de razões pelas quais as pessoas costumam investir.

Mas, como investir? Por quanto tempo? Depende! Cada investimento possui uma rentabilidade específica, um prazo, ou seja, o tempo mínimo que o dinheiro fica preso à aplicação, e, pode vir a exigir uma aplicação inicial mínima. É importante colocar na balança os pontos positivos e negativos de cada aplicação. Por exemplo, o prazo do



investimento pode atender às suas necessidades e a rentabilidade também, mas é exigido um investimento inicial muito alto, o que impossibilita seu investimento.

Outro ponto importante a ser levado em consideração na decisão de um investimento é a tributação, que incide sobre a rentabilidade de alguns investimentos, o que pode diminuir a rentabilidade líquida da aplicação.

Em resumo, o prazo para aplicar uma quantia e retirá-la depende dos objetivos de cada pessoa. Por isso, é importante que o prazo, a rentabilidade e o risco do investimento sejam compatíveis com a execução do planejamento pessoal.

7.5. Aplicações mais comuns:

- **Caderneta de poupança**

Rentabilidade: 0,5% de juros + TR¹

Tributação e taxas: isenta²

Prazo mínimo: o resgate do capital investido pode ser feito a qualquer momento, porém, o período de rendimento é o mês corrido, a contar da data do primeiro depósito na poupança.

Montante inicial: determinado pelo banco.

- **CDB (Certificado de Depósito Bancário)**

Rentabilidade: taxa pré-fixada pelo banco, ou seja, o banco fixa uma taxa de juros sobre o valor investido e o investidor sabe exatamente o quanto vai render o capital emprestado ao banco; ou pós-fixada, onde a rentabilidade depende, geralmente, do Certificado de Depósito interbancário (CDI), podendo ser variável de um ano para outro.

Tributação e taxas: imposto de renda, cobrado no ato do resgate.

Prazo mínimo: pode ser resgatado a qualquer momento ou com um prazo fixo, acordado entre cliente e instituição;

Montante inicial: entre R\$200,00 e R\$2.000,00, dependendo da instituição.

- **LC (Letras de Câmbio)**

¹ Taxa referencial dos juros a serem praticados no mês. A TR é um índice de referência de juros para economia, calculado a partir da remuneração dos Certificados de Depósitos Bancários (CDB).

² A partir de R\$ 50.000,00, passa-se a tributar imposto de renda sobre a rentabilidade da poupança.



Rentabilidade: até 130% do CDI

Tributação e taxas: Imposto de renda, cobrado no ato do resgate

Prazo mínimo: 30 dias

Montante inicial: depende da instituição ofertante.

- **LCA (Letra de Crédito do Agronegócio)**

Rentabilidade: taxa pré-fixada pela instituição financeira ou pós-fixada, frequentemente atrelado a um percentual do CDI (Certificado de Depósito interbancário), podendo ser variável de um ano para outro, ou atrelada à inflação.

Tributação e taxas: isenta

Prazo mínimo: 3 meses³

Montante inicial: a partir de R\$10.000,00, dependendo da instituição emissora.

- **LCI (Letra de Crédito Imobiliário)**

Rentabilidade: taxa pré-fixada ou pós-fixada

Tributação: isenta.

Prazo mínimo: 3 meses⁴

Montante inicial: a partir de R\$1000,00, dependendo a instituição emissora.

- **Ações**

Rentabilidade: Boa rentabilidade no longo prazo, mas não é possível prevê-la. Ela depende do desempenho da empresa, das condições do mercado, da conjuntura econômica e de outros fatores.

Tributação e taxas: taxa de custódia, imposto de renda e taxa de corretagem.

Prazo mínimo: Não há prazo mínimo nem máximo para manter uma ação.

Montante inicial: não há montante inicial, a não ser o valor da fração mínima de ações negociadas.

- **LFT (Letras do Tesouro Nacional)**

Rentabilidade:

³ Prazo mínimo exigido pela Caixa Econômica Federal – 60 dias

⁴ Idem



Tributação: IOF regressivo (aplicações inferiores a 30 dias) e IR regressivo (22,5% até 189 dias, 20% de 181 a 360 dias, 17,5% de 361 a 720 dias e 15% acima de 720 dias).

Prazo mínimo: não há.

Montante inicial: a fração de 0,01 título, ou seja, 1% do valor de um título, desde que respeitado o valor mínimo de R\$30,00.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA UFJF-GV



8. PREVIDÊNCIA E PROTEÇÃO:

Na vida, estamos sujeitos a imprevistos, bons ou ruins, e é comum estarmos mais preparados para lidar com os bons. Apesar de imprevisível, podemos nos preparar para enfrentar qualquer situação inesperada. Para nos proteger de eventuais males, devemos agir com prudência, isto é, evitar fazer trajetos perigosos, tomar vacinas, fazer exercícios físicos, ter uma alimentação saudável, etc. Além disso, existem meios para nos ajudar a enfrentar os efeitos dos imprevistos, são eles:

8.1. Seguros

A contratação de seguros é um dos meios mais utilizados pelas pessoas. Nele, o contratante do serviço pagará uma taxa periódica e em contrapartida a empresa contratada oferecerá os recursos estabelecidos no contrato para minimizar os efeitos do problema incalculável. O mercado de seguros é amplo, existem vários tipos:

- Seguro Patrimonial
- Seguro de vida
- Seguro de Saúde (Plano de Saúde)
- Seguro de Automóveis
- Seguro de Celular

Antes de contratar um seguro, faça uma pesquisa nas instituições que oferecem esse tipo de serviço (agências bancárias ou seguradoras especializadas), destacando os preços cobrados, o que o seguro de cada empresa cobre, quais empresas são reconhecidas pela SUSEP⁵ e verificando o histórico de reclamações. Após escolhida a empresa, leia atentamente o contrato!

8.2. Poupança

A poupança pode ser vista também, como um fundo de emergência, a fim de permitir que você esteja preparado para reagir aos imprevistos. É sugerido, como regra de bolso, que o valor do fundo de emergência seja de, pelo menos, 3 meses de despesas.

Mas, deve-se levar em conta alguns pontos:

⁵ Órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro. Autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, foi criada pelo Decreto-lei nº 73, de 21 de novembro de 1966.



- O dinheiro poupado deve ser destinado unicamente para esses imprevistos. Caso o dinheiro desse fundo seja gasto, é preciso que seja repostado;
- Nem sempre, o dinheiro poupado será suficiente para cobrir o dano.

8.3. Aposentadoria:

A aposentadoria se diferencia de duas formas: previdência social e previdência privada. A primeira se refere ao que o INSS paga aos trabalhadores para que mantenham sua renda mesmo após a aposentadoria e que não fiquem desamparados diante de um acidente, doença ou gravidez. A segunda corresponde ao que o próprio trabalhador tem de reserva, adquirida ao longo do tempo. Na previdência social, os trabalhadores contribuem obrigatoriamente durante o período em que estão em serviço, enquanto a previdência privada é uma escolha feita pelo trabalhador, onde ele contribui mensalmente com uma quantia fixa, escolhida por ele junto à instituição financeira, por um determinado período, e tem direito ao montante final que poderá usar como quiser.

8.4. Porque planejar a aposentadoria?

Planejando a aposentadoria cedo, a pessoa dependerá de menos tempo de contribuição para obter determinado nível de consumo, além disso, quanto mais se contribui, maior a renda futura que poderá ser usufruída.





BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira** – Gestão de Finanças Pessoais. Brasília: BCB, 2013.

Banco Central do Brasil. **Cidadania financeira**: Educação, proteção e inclusão financeira da população. Disponível em: <https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/>. Acesso em: 22 de Dez. 2015.

Banco Central do Brasil. **Guia de excelência da educação na oferta de serviços financeiros**. Brasília: BCD, vol. 1, 2ª ed., 2014.

Banco Central do Brasil. **Calculadora do cidadão**. Disponível em: <https://cidadaniafinanceira.bcb.gov.br/>. Acesso em: 03 de Jul. 2016.

Fundação PROCON SP. **Educação Financeira**. Disponível em: <http://www.procon.sp.gov.br/pdf/EducacaoFinanceira62014.pdf>. Acesso em: 14 de Jun. de 2014.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA UFJF-GV